

Grupo de Exercícios N.º 2

1. Classifique os tipos de normas fiscais abaixo referidas e identifique a fonte de direito que procedeu à sua criação (concluindo pela admissibilidade ou rejeição de tal fonte no âmbito do direito fiscal).

- a)** Um órgão da Administração Tributária aprovou uma orientação administrativa segundo a qual o IRS deve ser pago uma década após o ano a que respeitam os rendimentos.
- b)** De acordo com um largo sector da doutrina, deve ser garantida aos contribuintes a admissibilidade da sua audição prévia antes da tomada de decisões por parte da Administração Tributária.
- c)** De acordo com uma prática burocrática uniforme e reiterada do Serviço de Finanças de Loures, o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares recai sobre o valor trienal dos rendimentos destas.

2. O Sr. A, que reside em Inglaterra com a família, comprou recentemente um prédio urbano sito na Maia, Portugal.

- a)** O Sr. A entende que, pela propriedade do imóvel, não se encontra sujeito ao pagamento de IMI, uma vez que não reside em Portugal – o Sr. A considera que a residência do proprietário do imóvel é o elemento de conexão relevante para a tributação do património em Portugal.

O Sr. A estará certo? Justifique a sua resposta.

- b)** Suponha que foi criado um novo imposto sobre o património (“Imposto X”), muito semelhante ao já conhecido IMI. O Serviço de Finanças da Maia, procurando cobrar o “Imposto X” ao Sr. A, conclui que o referido tributo é omissa no que diz respeito a taxas de imposto. Abstraindo-se de qualquer consideração constitucional relativa ao novo imposto, refira apenas se o Código do IMI pode ser aplicado analogicamente ao “Imposto X”.